

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2018 REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA ELABORAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO E A EMPRESA BETA INFORMÁTICA LTDA EPP.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado a Câmara Municipal de Poção-PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.463.346/0001-42, com sede na Rua Monsenhor Estanislau, S/N, 1º andar, centro, Poção, CEP: 55.240-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** neste ato representado por seu Presidente Wrides Mendes Paz, brasileiro, casado, vereador, CPF: 02308425423, RG: 4595263 SSP/PE, residente e domiciliado no sítio Chorador, S/N, Zona Rural, Poção-PE, CEP: 55240-000, e, do outro lado, a empresa Beta Informática LTDA EPP, com sede localizada na Rua Visconde de Inhaúma, 410, 3º andar, Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55.012-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.448.730/0001-18, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr. Rubens Ferreira de Lima, brasileiro, solteiro, técnico de informática, residente e domiciliado na Rua Severino de Lima Sá, nº 69, Agamenon Magalhães, Caruaru – PE, inscrito no CPF sob o nº 754.800.774-49 e RG nº 4.194.171 SSP/PE, considerando o disposto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos pertinentes, têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

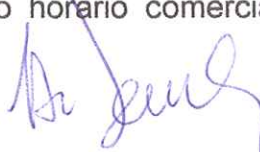
Constitui objeto do presente instrumento de contrato a prestação de serviço de assessoria e consultoria em recursos humanos e administração de pessoal com disponibilização de software para elaboração de folha de pagamento e treinamento para os servidores públicos.

§ 1º A consultoria e assessoria em Administração de Pessoal abrange:

1. A assistência nos processos de elaboração da folha de pagamento, via on-line, via telefone em todo o horário comercial, e por meio de visita mensal.
2. A assistência na prestação de informações e obrigações acessórias decorrentes da elaboração de folha de pagamento.

§ 2º Locação de Software para Elaboração da Folha de Pagamento:

1. O software para elaboração da folha de pagamento deverá apresentar no mínimo as opções de cadastro de cargos, cadastro de pessoal, criação de eventos, benefícios sociais e Emissão de relatórios gerenciais.
2. O software deverá ser implantado e ficar disponível para utilização dos servidores Municipais em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato, podendo os prazos ser prorrogados e reajustados, conforme as partes e as estruturas físicas disponibilizadas no local.
3. A contratada deverá manter durante o horário comercial (segunda-feira a



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

sexta-feira - das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00) plantão de assistência no software, via on-line, ou por meio de telefone, caso o mesmo apresente algum defeito ou funcionamento inadequado.

4. A contratada deverá disponibilizar 01 (uma) chave de acesso simultâneo para o Ente.

§ 3º Treinamento dos Servidores do Departamento de Pessoal para utilização do Software:

1. O treinamento ocorrerá na sede da contratada;
2. O treinamento terá a carga horária de 24 horas/aula;
3. Deverá ser entregue material de treinamento aos participantes;

Constitui objeto do presente instrumento de contrato a prestação de serviço de assessoria e consultoria em recursos humanos e administração de pessoal com disponibilização de software para elaboração de folha de pagamento e treinamento para os servidores públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

Pelo objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais) mensais, totalizando um valor global de R\$ 7.200,00 (sete Mil e duzentos Reais) .

Parágrafo único. No valor contratual estão inclusas todas as despesas com tributos, seguros, fretes, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão no exercício de 2018 por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 116002 – Câmara Municipal de Vereadores de Poção

Órgão Orçamentário: 1000 – Poder Legislativo

Unidade Orçamentária: 1001 – Poder Legislativo

Função: 1 – Legislativa

Subfunção: 31 – Ação Legislativa

Programa: 101 – Gestão Administrativa da Câmara Municipal

Ação: 2.4 – Consultorias e Assessorias Técnicas


Despesa: 14 – 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e tem termo final no prazo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1º - São obrigações da contratante:



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

- a) Pagar as faturas decorrentes da obrigação contratual avençada;
- b) Acompanhar e fiscalizar a boa execução dos serviços e aplicar as medidas corretivas necessárias;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da Contratada;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto nos termos deste contrato;
- e) Designar servidor público responsável pela utilização e manuseio do software para que o mesmo participe de treinamento;
- f) Manter seus computadores e redes livres de ameaças virtuais, e com antivírus atualizados.
- g) Informar à contratada antecipadamente quando houver necessidade de formatação de discos, HD's, servidores, Banco de Dados, Mudança de Rede, etc.

§ 2º - São obrigações da Contratada:

- a) Executar o objeto contratual e suas especificações, observando também os prazos definidos;
- b) Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- c) Responder em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução contratual;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento. O contratante poderá ainda exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da contratada;
Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência da contratante;
- e) Responsabilizar-se pela garantia dos serviços objeto do contrato dentro dos padrões adequados de qualidade segurança, durabilidade e desempenho;
- f) Responsabilizar-se pelo deslocamento dos empregados para o local de realização dos serviços;
- g) Executar os serviços da forma estabelecida na proposta de execução de serviços apresentada.
- h) Prestar informações acerca dos serviços prestados.
- i) Ao final do contrato disponibilizar cópia dos dados à Administração.
- j) A contratada deverá manter cópia dos dados processados pelo software de forma segura, protegidos contra perda ou má-fé de terceiros, até o final do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO AMPARO LEGAL

A prestação do serviço, objeto do presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e suas alterações vigentes, ou Lei que vier a lhe substituir. Especialmente nos casos em que o contrato for omissivo.

§ 1º A prestação de serviços objeto deste contrato está dispensada de processo licitatório, consoante disposição do inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, em razão do valor da cláusula segunda ser inferior ao limite de dispensa.

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

§ 2º O serviço será prestado tomando-se como base o serviço global.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento definitivo do objeto, condicionado ao recebimento de nota fiscal eletrônica da contratada, a ser encaminhada para o e-mail:cmvpocao@hotmail.com

§ 1º Os pagamentos serão efetuados por ordem bancária para crédito direto em conta corrente da contratada.

§ 2º A contratante poderá deduzir do montante a pagar valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela contratada, desde que apuradas em Processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a contratada as seguintes penalidades:

I – Multa, observado o limite de 0,25% ao dia do valor contratual no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou total do contrato; até o limite de 5% do valor de referência;

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

§ 2º O valor correspondente a multa poderá ser descontado dos pagamentos subsequentes devidos pelo contratante em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo responsável ou por servidor especialmente designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO DAS FATURAS

A atestado das faturas caberá ao Departamento Responsável ou a servidores designados para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A rescisão deste contrato poderá ser:

I – por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos;

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO ESTADO DE PERNAMBUCO

II – amigável, por acordo entre as partes, desde que haja convivência para o contratante, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

III – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

§3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada e iniciará seus efeitos a partir da notificação da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO


As questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual na comarca de Poção-PE.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Poção, 02 de janeiro de 2018.


CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO
CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO
CNPJ: 11 463 346/0001-42
Wrides Mendes Paz
Presidente


BETA INFORMATICA LTDA EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: *Waly Gilvane M. Lodi*
CPF: *0101519 324-80*
RG: *7476117 SDS-PE*

Nome: *Bucila Brito Farias de Almeida*
CPF: *008.854.434-62*
RG: *3.583.325 SDS/PE*